

XIII Encontro Nacional de Economia Política

ÁREA 6: Economia Agrária, Espaço e Meio Ambiente

SUB-ÁREA 6.1.: Economia, Espaço e Urbanização

TRABALHO SUBMETIDO À SESSÃO ORDINÁRIA

PADRÕES DE ORGANIZAÇÃO ESPACIAL NO BRASIL, ESTRUTURA ECONÔMICA E INSERÇÃO EXTERNA

Fernando César de Macedo (IE/CEDE/UNICAMP)

RESUMO

Apresenta os padrões de organização do território brasileiro, desde a Colônia até o século XXI, com ênfase no período recente. Identifica três períodos de organização espacial, a partir da dinâmica e da estrutura econômica e do comércio exterior brasileiro: o primeiro corresponde ao período primário-exportador. A rede urbana e o território estavam desintegrados. O segundo, de 1930 até 1980, corresponde ao período de integração do território, articulado ao crescimento do mercado interno. No terceiro, o território é organizado para atender as pressões externas advindas da globalização, dentro do modelo de integração competitiva da economia brasileira.

Palavras-chave: Organização espacial; desenvolvimento regional; desenvolvimento urbano; economia brasileira; território e setor externo.

ABSTRACT

It deals with patterns of organization of the Brazilian territory, since the colonial times of the XVI century until the XXI century, with emphasis in the recent decades. It identifies three periods of space organization, articulating Brazilian economic structure and foreign trade. The first one corresponded to a long commodity exporter period. The urban network and the territory were weakly integrated. The second period went from 1930 up to 1980, and it corresponded to decades of territorial integration, articulated to the growth of the domestic market. In third, the territory was organized to face up external pressures of globalization, following policies that drew a model of competitive integration to the Brazilian economy.

Key words: space organization; regional development; urban development; Brazilian economy; territory and external sector

PADRÕES DE ORGANIZAÇÃO ESPACIAL NO BRASIL, ESTRUTURA ECONÔMICA E INSERÇÃO EXTERNA

Fernando César de Macedo¹

1. Apresentação

A organização espacial do Brasil apresenta, historicamente, três momentos distintos que refletem os diferentes estágios do padrão de acumulação e divisão social do trabalho que marcaram o processo de ocupação sócio-econômico e demográfico de seu vasto território continental e que resultaram, em larga medida, de sua inserção na economia mundial. Antes de apresentar sua evolução é preciso destacar que definimos como organização espacial tanto os elementos que estruturam o território e que podem ser naturais (rios, lagos, florestas, estoque de recursos naturais, etc.) ou criados pela ação do homem e que têm uso social, seja na produção quanto no consumo coletivo. Nestes últimos, inscrevem-se, além dos bens intangíveis como os fluxos de informação, o capital social fixo (CSF) que é

geralmente definido compreendendo os serviços básicos, sem as quais as atividades primária, secundária e terciariamente produtivas não podem funcionar. Num sentido mais amplo, inclui todos os serviços públicos, desde a justiça e a ordem, através da ordem e saúde pública, até o transporte, comunicações, suprimentos d'água e de energia, assim como os capitais agrícolas fixos e os sistemas de irrigação e drenagem (HIRSCHMAN, 1958, p. 89-90)

Inclui-se no CSF a infra-estrutura que é “por sua natureza de base material e requerimento geral da produção social, suporte indistinto dos processos produtivos” (BRANDÃO e CORREA, 1997, p. 181). A combinação dos elementos naturais e construídos forma a organização espacial que varia em cada momento histórico, movendo-se de acordo com as transformações sócio-econômicas da sociedade. Assim como Corrêa (1986, p. 57), consideramos os termos estrutura territorial, configuração espacial, formação espacial, arranjo espacial, espaço geográfico, espaço socialmente construído ou simplesmente espaço como sinônimos. Importa apreender que essa organização acumula formas herdadas do passado o que a torna um fato duradouro, embora em constante mudança, e que ela não é apenas um reflexo da sociedade, mas base para sua reprodução, o que significa que as condições presentes são determinantes nas condições futuras da forma como se dará a reprodução da sociedade, como aponta o próprio Corrêa (1986).

O objetivo deste texto é discutir a relação entre os padrões de organização espacial e a evolução econômica no país, com particular ênfase no período recente quando a expansão mundializada do capital cria e recria hierarquias espaciais, ora conectando ora desconectando determinadas áreas ao

¹Professor do Instituto de Economia da UNICAMP e pesquisador do Centro de Estudos do Desenvolvimento Econômico – CEDE, desta mesma instituição. O autor agradece os comentários dos colegas do IE/CEDE/UNICAMP, Wilson Cano, Carlos A. Brandão e Claudio S. Maciel, assim como os de Denílson Araújo (UFRN). Como de praxe, erros e omissões são de inteira responsabilidade do autor. O mesmo agradece, também, o apoio do CNPq.

processo de sua acumulação, aprofundando uma desigual distribuição territorial da atividade econômica e da riqueza, ao mesmo tempo em que transforma e modifica aceleradamente a organização espacial e o modo de vida das populações, num movimento, que embora não seja novo é potencializado. Em cada fase do capitalismo, a inserção das economias nacionais provoca um reordenamento territorial seja para conectá-las mais fortemente à economia internacional – como foi no período primário-exportador brasileiro (1500-1930) e no momento atual de busca de “integração competitiva” na ordem global (pós-1980) – ou no período de integração da economia nacional quando a dinâmica regional esteve muito mais voltada ao crescimento do mercado interno (1930-1960).

Os três períodos em questão correspondem a configurações espaciais específicas que respondem pela forma como a economia brasileira estruturou seu território para atender às exigências de acumulação do capital. Nas três seções seguintes, abordaremos cada um desses períodos, com ênfase maior no último, para, posteriormente, apresentarmos algumas considerações finais.

2. O período agroexportador

Nosso primeiro padrão de configuração espacial vai da colônia (século XVI) até a década de 20 do século passado e foi caracterizado pela predominância do capital mercantil que articulava as diferentes economias regionais com o exterior, e definia, *pari passu*, o papel e as características do urbano. A inserção brasileira na economia mundial sustentava-se no padrão de acumulação pautado no modelo primário-exportador de crescimento para fora que revelava, primordialmente, uma economia com fortes vínculos externos, tanto no que tange à geração de renda, via exportações) como ao atendimento das demandas por bens manufaturados, via importações. Somente parte do consumo era atendida pela produção local ou regional, sendo característica desse período a dificuldade de integrar o território nacional através da articulação de economias regionais que se mantinham relativamente autônomas. Por isso, as cidades não representavam os nós de uma rede articulada, mas, ao contrário, por serem a sede da burocracia e, principalmente, do capital comercial, suas funções resumiam-se a realizar a ligação direta da produção agroexportadora à circulação internacional de mercadorias, o que foi fundamental para promover uma urbanização atípica que não decorreu da clássica separação-campo cidade tampouco se ligou ao crescimento industrial, como lembra Oliveira (1982).

A rede urbana, fraca e pouco integrada, refletia as condições materiais do processo de acumulação e de inserção externa da economia brasileira e era marcada por um padrão dendrítico e macrocefálico no qual uma cidade portuária densamente povoada para os padrões coloniais articulava uma vasta hinterlândia formada por núcleos dispersos pelo interior, porém parcamente povoados e com

baixíssima divisão social do trabalho, indicadora do limitado grau de diversificação funcional dos seus aglomerados urbanos. O resultado foi a constituição, ainda que precária, de um embrião de sistema de cidades marcado pelo caráter disperso e concentrado (FARIA, 1976, 1978 e 1991 e AZEVEDO, 1956), com as atividades econômicas mais dinâmicas e diversificadas concentradas no litoral em poucos núcleos portuários mais populosos, por um lado, e, por outro, uma população dispersa no interior atrelada a atividades de subsistência ou, quando muito, a atividades complementares às principais culturas de exportação em diferentes períodos (açúcar, algodão, charque, borracha e cacau), com baixíssima produtividade e técnicas rudimentares. A itinerância da agricultura² (FURTADO, 1959), teve importância decisiva no espraiamento da população no território, bem como no uso predatório deste, marcando uma forma de ocupação extensiva. A formação de núcleos urbanos cuja constituição se dá a partir da marcha da agricultura possibilitou aos capitais locais imobilizados em propriedades fundiárias desmobilizarem seu patrimônio e obterem verdadeiros ganhos do fundador, similar aos descritos por Hilferding (1910) para a indústria, tornando a constituição desses aglomerados urbanos uma oportunidade a mais de negócios para elites locais que historicamente sempre influenciaram a legislação municipal reordenando o uso do solo de acordo com seus interesses. Esse movimento parece se repetir ao longo de toda a história brasileira, inclusive mais recentemente, estando por merecer estudos detalhados.

Como lembra Faria (1976), foi nessas estruturas produtivas atrasadas que uma parcela grande da população ficou “congelada”, dispersa em um amplo território. No entanto, “é sobre esta base populacional que vai assentar-se a industrialização substitutiva” (FARIA, 1976, p. 98), para a qual foram determinantes os intensos fluxos migratórios interestaduais que descongelaram as populações transferindo-as para as áreas mais dinâmicas, no período entre 1930-1980, confirmando a imensa capacidade do capital em movimentar população e consumir o território brasileiro ao longo da história, abrindo constantemente novas fronteiras para o processo de acumulação. População para ser explorada e território para ser consumido é o binômio que caracteriza toda a história da organização sócio-econômica e espacial do país.

Cidades coloniais como Recife, Belém, Rio de Janeiro, São Luiz e Salvador – todas litorâneas – representavam os nós de frágeis redes regionais de cidades pouco desenvolvidas que tinham no exterior importantes centros de decisão, seja por determinação política (período colonial) seja por subordinação econômica (período pós-colonial). De caráter parasitário (SINGER, 1979), criadas antes de uma verdadeira divisão campo-cidade (OLIVEIRA, 1982), as cidades coloniais brasileiras foram reflexos da

²Apesar de Furtado (1959) referir-se à itinerância como um processo característico da baixa produtividade e do uso de técnicas mais atrasadas na agricultura brasileira pré-1930, Cano (2000 e 2008) aponta que a mesma continuou apesar da modernização e da incorporação tecnológica neste setor pós-1970.

estrutura latifundiária que prevaleceu nas grandes monoculturas exportadoras, e da lógica perversa de ocupação do território que lhe conferiam o “sentido da colonização” (PRADO JR., 1942) que se manteria de forma adaptada em cada período da história dos ajustes espaciais do país. Como destaca Corrêa (1986), a organização espacial da sociedade colonial

surgida a partir do século XV com a expansão mercantilista européia, caracteriza-se, entre outros aspectos, pela primazia de uma cidade portuária, ponto de escoamento de produtos valorizados na Europa e nos Estados Unidos e de importação de produtos industrializados e sua redistribuição para a hinterlândia. É, também, o centro de controle político e militar da colônia. A rede de cidades e as vias de circulação assumem um padrão dendrítico, à semelhança de um sistema fluvial, em cuja extremidade encontra-se a cidade portuária. (CORRÊA, 1986, p. 69)

Em decorrência de suas características internas, as atividades agroexportadoras foram incapazes de gerar uma rede urbana articulada, dado o caráter autárquico da produção mercantil e o vazamento do excedente que impedia uma maior divisão social do trabalho, porém, explicam o aparecimento de grandes cidades extremamente polarizadas cujas funções de sede da burocracia e do capital comercial conferiram-lhe papel que perduraria ao longo de todo nosso processo de organização territorial, ainda em curso no século XXI: ligar os interesses das elites territorialmente espalhadas no país às oportunidades oferecidas pelo aprofundamento da circulação internacional de capital. Por isso, Tavares (2000) denunciou que historicamente no Brasil “existem fundadas razões para atribuir importância fundamental às dimensões econômicas e políticas da ocupação e domínio privado e político do território” (TAVARES, 2000, p. 136), a partir de um pacto de dominação interna que promove uma sagrada aliança entre os interesses de nossas elites “cosmopolitas” e os agentes do dinheiro mundial, mantendo as condições de subdesenvolvimento “qualquer que fosse a inserção internacional do capitalismo brasileiro” (TAVARES, 2000, p.138).

Entender a evolução das formas de organização espacial do país exige, a nosso juízo, a compreensão dos efeitos dessa associação entre interesses locais e mundiais no desenho territorial do país, cuja marca histórica é a redefinição continua, ainda que em patamares modificados, do problema dos desequilíbrios regionais no país, que são, em parte, a manifestação territorial concreta e visível, com especificidades próprias de cada momento histórico e do padrão de acumulação vigente, do nosso (sub) desenvolvimento desigual e combinado, conforme discutiremos adiante, cuja marca mais dramática do ponto de vista social é a da persistência da má formação que reproduz padrões perversos de exploração dos de baixo em todas as regiões Brasil, reforçando seu subdesenvolvimento, este, de uma perspectiva estruturalista, “visto como a conformação de sociedades em que relações externas assimétricas, que geram dependência, articulam-se internamente com o sistema de dominação social” (FURTADO, 1980, p. 40).

Concretamente, ainda que não se possam estabelecer leis gerais que movem o desenvolvimento econômico, particularmente em sua dimensão regional e urbana, a organização do território e a possibilidade de adensamento das redes de cidades que estruturam as diversas regiões do país dependiam (e dependem) diretamente, em maior ou menor medida: (1) da estrutura de propriedade rural; (2) da capacidade de retenção interna do excedente que, no período agroexportador, era apropriado em sua maior parte no exterior; e (3) do ritmo da divisão social do trabalho que estava (e está) diretamente relacionado aos pontos 1 e 2. Não por acaso, no período primário-exportador, apenas a cafeicultura paulista, a partir da segunda metade do século XIX, conseguiu gestar uma rede urbana articulada graças: (I) à capacidade maior de retenção de seu excedente, como demonstrou detalhadamente Cano (1977); (II) à divisão social do trabalho mais avançada que se refletiu numa separação campo-cidade que não se verificou nas outras regiões que passaram por ciclos agroexportadores; e, finalmente, (III) à estrutura de propriedade que não era tão concentrada como no Nordeste, tampouco fragmentada como no Espírito Santo e em parte do Sul do país, como também descreveu Cano (1977 e 1985).

Cabe destacar, que, dada a precária divisão social do trabalho e o uso predatório do território para produção de excedentes para o exterior, a constituição de redes de infra-estrutura competiriam diretamente com os lucros que deveriam ser apropriados externamente. Disso resultou a localização da produção e das cidades que articulavam a hinterlândia agro-exportadora prioritariamente próximas a rios e mar, facilitando a circulação de mercadorias a custos mais reduzidos. Do ponto de vista inter-urbano observar-se-ia a falta de integração do território, fragmentado em células agro-exportadoras sem vias internas estruturadas de comunicação; do ponto de vista intra-urbano, as cidades, especialmente as coloniais, apresentar-se-iam desordenadas, sem planejamento, conforme salientou Sérgio Buarque de Hollanda (1936), visto que deveriam cumprir com a função exclusiva de sede da burocracia e, principalmente, elo entre o uso predatório do território e o mercado internacional. Urbanização planejada representaria retirar do capital mercantil parte do seu lucro, por isso, somente com a maior apropriação e internalização do excedente no território brasileiro, a organização espacial no país começaria a se alterar em maior velocidade. Isso foi possível com a produção do café em bases capitalistas, a partir da segunda metade do século XIX.

3. O período urbano-industrial: integração do mercado, da rede urbana e metropolização

Conforme indicamos, o processo de acumulação do complexo cafeeiro³ foi determinante na mudança na forma de organização espacial que se verificaria no momento posterior comandada endogenamente pelos investimentos industriais que substituem as exportações como variável dinâmica no processo de acumulação e constituição da demanda efetiva. Ao contrário do período precedente, marcado pelos “arquipélagos regionais” com suas produções descentralizadas e uma rede urbana macrocefálica e dendrítica - também caracterizada como um “arquipélago urbano” (SANTOS, 1994) -, a integração do mercado nacional, impulsionada pelos desdobramentos do capital cafeeiro paulista, significou a articulação comercial, produtiva e financeira das economias regionais e a criação e adensamento de uma rede urbana de caráter nacional, entre 1920 e 1980. Num período marcado por grande excepcionalidade na ordem internacional, o país conseguiu construir as bases de um mercado interno que, embora incompleto e excludente, apresentou suficiente dinamismo para levar adiante a construção do maior parque industrial latinoamericano, com a associação de capitais privados (nacionais e estrangeiros) e capital público nacional.

A inserção na ordem internacional não se dava, apenas, pelo fornecimento de matérias-primas como na clássica definição cepalina de divisão internacional do trabalho, que prevalecera anteriormente, mas pela transformação do território em um *locus* de valorização da riqueza capitalista; espaço privilegiado para investimentos internacionais que se aproveitaram de um mercado dinâmico e crescente, impulsionado por um acelerado processo de urbanização que, de um lado, marcava o surgimento de uma classe média consumista beneficiária das atividades advindas da transformação produtiva e da constituição de uma burocracia pública montada para sustentar esse processo, e de outro, inseria na economia mercantil uma leva expressiva de migrantes vindos do campo que alteram não apenas os padrões demográficos interurbanos – pelo esvaziamento das cidades menores e crescimento das metrópoles – quanto os intra-urbanos marcados pela forma desordenada de ocupação das maiores cidades.

O padrão de organização espacial que emergirá nesta sociedade em movimento será concentrado economicamente e hierarquizado territorialmente, com a refuncionalização dos antigos centros urbanos regionais que passam a sofrer influência direta das decisões de investimento dos capitais forâneos não apenas extra-regionais – especialmente oriundos do centro-sul, mas, também, do exterior, sobretudo a partir do Plano de Metas (1956-1961) quando passou a receber volume maior de investimentos diretos estrangeiros. Além destes, os investimentos público e privado nacionais foram

³Sobre o complexo cafeeiro e sua capacidade estrutural de diversificar a economia, ver Cano (1977), especialmente capítulo 1. A bases de acumulação que permitiriam São Paulo comandar o processo de integração do mercado nacional se inicia a partir de 1870, mas somente após a crise de 1929 se inicia efetivamente essa integração.

decisivos na organização territorial do país. Atrelado a este movimento, observa-se a montagem de infra-estruturas urbanas e regionais necessárias para sustentar o padrão de acumulação que emerge a partir da industrialização pesada; infra-estruturas que reforçaram a concentração econômica no centro-sul e que foram decisivas para o reordenamento territorial do país, que tem inclusive sua capital transferida para o interior, num esforço de desconcentração, gerando novas oportunidades de acumulação de capital, a partir do aumento extensivo das fronteiras internas que historicamente sempre possibilitaram às elites regionais oportunidades de negócios associadas ao capital extra-regional.

Se “entendemos por rede urbana (...) o conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si” (CORREA, 2005, p. 16), no Brasil esta, de fato, se consolida com a industrialização no momento da integração do mercado nacional que representou concomitantemente a integração funcional de centros urbanos espalhados regionalmente visto que as relações de complementaridades estabelecidas entre as regiões e o centro industrial são materializadas através dessa rede urbana que, concretamente, é “o meio através do qual produção, circulação e consumo se realizam efetivamente (CORREA, 2005, p. 15), portanto, ela ganha expressão a partir de um certo patamar de divisão social do trabalho. A articulação do mercado interno promove a maior integração das cidades, integração que se expressa no aumento dos fluxos de mercadorias, serviços, pessoas e capital, entre elas. Para isso, cumpriu papel fundamental a montagem de toda infra-estrutura básica capitaneada pelo estado nacional, especialmente as redes de telecomunicação (telégrafos e telefones) e de transportes (rodoviário, ferroviário, aeroportuário e intermodais), além de investimentos intra-urbanos que garantiram a circulação mercantil e a expansão do consumo, por um lado, e, por outro, a reprodução da força de trabalho que exigiu esforço de ampliação dos equipamentos urbanos, ainda que estes tenham se mantido historicamente abaixo das demandas sociais, o que agravou os problemas urbanos no país pós-1960, promovendo uma verdadeira urbanização caótica (CANO, 1988).

Com o “fechamento da economia brasileira”, progressivamente os investimentos industriais (e o gasto público produtivo) substituem as exportações como principal variável na formação da demanda efetiva. Do ponto de vista estrutural, essa substituição implicou em maior articulação intra e inter-setorial do aparelho produtivo, que vai criar, do ponto de vista espacial, maior inter-relação das estruturas regionais que se expressam no aumento do peso do comércio inter-estadual *vis-à-vis* o comércio externo sobre as estruturas regionais, conforme detalhou Cano (1981).

A mudança de “crescimento para fora” para “crescimento para dentro” assinalava tanto o predomínio de um dinâmico mercado interno em construção como a impossibilidade de continuação do crescimento sustentado do produto e da renda ancorado nas agroexportações quando um país de porte

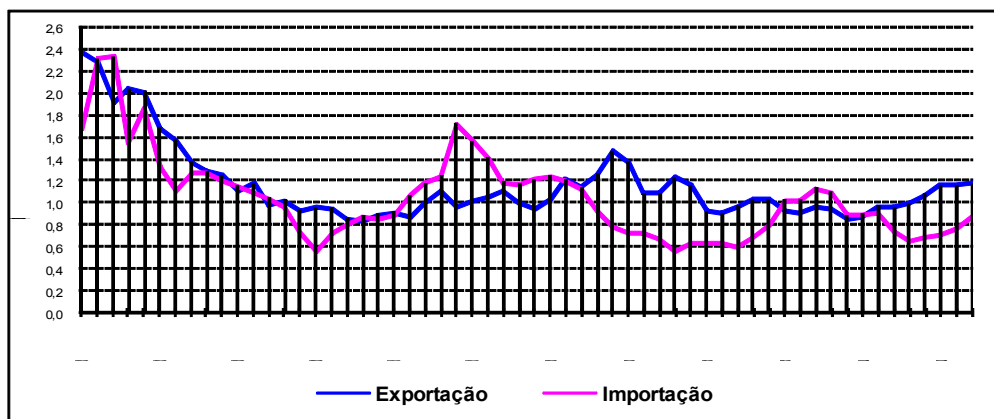
continental atinge determinado nível de divisão social do trabalho, como se verificou alhures em outras experiências internacionais em países de grande porte. É importante frisar, no entanto, para não deixar margens para interpretações conservadoras que colocam o *trade off* “mercado interno x mercado externo” como modelos de desenvolvimento mutuamente excludentes, a diversificação produtiva possibilitou uma inserção mais dinâmica da estrutura produtiva no Brasil no mercado externo, verificada na diversificação da pauta exportadora com aumento da participação dos bens manufaturados na pauta total e declínio dos produtos básicos. Em 1978, pela primeira vez os bens industrializados superam os básicos na pauta de exportação do Brasil. Conforme Serrano e Medeiros (2001), em relação a qual o melhor modelo – se o crescimento “*hacia dentro*” ou o crescimento “*hacia fuera*”

(...) esta contraposição não faz sentido. As estratégias desenvolvimentistas bem sucedidas no pós-guerra não eram tão diferentes entre si e tanto as que tiveram que se concentrar mais no pólo da substituição de importações como a do Brasil nos anos 50, quanto as que puderam privilegiar mais a expansão das exportações como a Coreia ou Taiwan, foram igualmente bem intervencionistas, sendo apenas variantes nacionais de industrialização tardia liderada pelo estado (SERRANO e MEDEIROS, 2001, p. 111)⁴

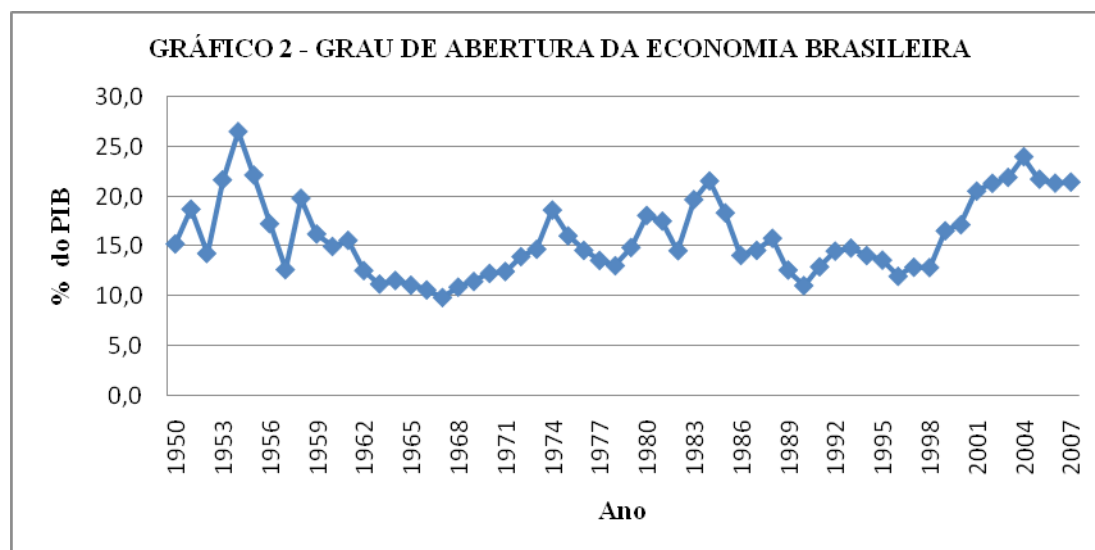
O importante é reter que, no período em questão, o fortalecimento do mercado nacional e a correlata integração territorial a ela associada criaram condições para uma inserção muito mais dinâmica do aparelho produtivo brasileiro no mercado internacional, em momento em que o Estado nacional, com alguma soberania⁵ e margem de manobra, pode exercer uma política econômica que foi ao mesmo tempo industrializante e integradora do território. Embora tenha se verificado “fechamento” da economia brasileira de forma contínua até 1980 (gráfico 1) observa-se que o Brasil atingiu as maiores taxas participação no comércio internacional; por outro lado, as décadas de 1980 e 1990, nas quais há um aumento no grau de abertura da economia (gráfico 2) brasileira, apresentaram as menores taxas de crescimento desde os anos 1950, indicando que não existe, necessariamente, uma relação direta entre grau de abertura, aumento da corrente de comércio, participação no comércio mundial e crescimento econômico.

⁴“Tudo que se pode afirmar é que de fato as economias em que o crescimento é liderado pelas exportações tende também a se concentrar em países menores que usualmente por motivos estruturais (falta de certos recursos naturais por exemplo) tem coeficientes de importações mais elevados de que os países cujo crescimento é liderado pela expansão do mercado interno” (SERRANO e MEDEIROS, 2001, p. 114).

⁵Sobre a política econômica no período para o Brasil e alguns países da América Latina ver Cano (2000).

GRÁFICO 1 - Participação % do Brasil nas Exportações e Importações Mundiais (1950-2007)

Fonte: SECEX. Elaboração SECEX.



Fonte SECEX. Elaboração própria.

A maior divisão social do trabalho advinda da industrialização gerou simultaneamente maior propensão a consumir, maior tendência à fluidez de pessoas e mercadorias pelo território e maior riqueza, promovendo não apenas crescimento das principais cidades que se posicionam hierarquicamente no topo da rede urbana (São Paulo e Rio de Janeiro) como o aparecimento e/ou adensamento de novos centros urbanos que cumpririam o papel de articulação dos espaços econômicos sub-regionais com centros maiores e desses com as metrópoles. Vilmar Faria (1991) afirma que a industrialização se manifestou na notável estruturação do espaço urbano brasileiro, caracterizando-se, por um lado, numa alta concentração populacional em número reduzido de metrópoles e capitais ao mesmo tempo em que

alimenta o crescimento da população urbana de um número grande – e crescente – de cidades de diferentes tamanhos que se integram num complexo padrão de divisão territorial do trabalho social tanto entre o campo e a cidade como entre cidades (...) Disso vem resultando um sistema urbano e crescentemente integrado sob o comando funcional de áreas metropolitanas nacionais de São Paulo e Rio de Janeiro” (FARIA, 1991, p. 103)

As montagens da indústria e da infra-estrutura a ela correlata foram decisivas na integração territorial, pois, ao costurar os arquipélagos regionais e urbanos, ampliou o espaço de valorização do capital. Todas as regiões e espaços sub-regionais tornam-se espaços potencialmente disponíveis para a acumulação ampliada do capital, moldando a dinâmica regional e urbana brasileira à lógica do investimento e da acumulação do capital produtivo, especialmente o industrial. O mercado nacional, paulatinamente, foi substituindo o setor externo no processo de acumulação, resultando em aumento contínuo do comércio inter-regional, no qual São Paulo passava a desempenhar um pólo de convergência. Em certo sentido a integração do mercado nacional foi o mais importante efeito da industrialização no desenvolvimento regional brasileiro e no processo de ordenamento espacial, estimulando a constituição de uma estrutura produtiva nos diversos estados e regiões brasileiras complementar ao centro industrial, embora tenha aumentado no período a concentração da indústria de transformação em São Paulo, mesmo com as regiões apresentando taxas de crescimento elevadas. Cumpru importante papel na montagem da complementaridade inter-regional as políticas de desenvolvimento regional nas décadas de sessenta e setenta do século XX, a despeito das imperfeições que marcaram o sistema de incentivos, especialmente os ligados as extintas SUDENE e SUDAM.

Por outro lado, do ponto de vista inter e intra-urbano, a urbanização acelerada criou oportunidades para que o capital mercantil das diversas regiões aproveitasse o ciclo de crescimento preenchendo espaços que àquele momento não interessavam aos capitais externo e nacional de grande porte. Foi o caso, por exemplo, da construção civil residencial e de alguns serviços públicos. Em ambos, os capitais locais puderam pressionar as municipalidades para promoverem verdadeiros processos de acumulação primitiva, via controle da legislação, como nos casos do aumento do perímetro urbano, dos macrozoneamentos e das concessões de serviços públicos, como o transporte urbano. A dinâmica do mercado interno possibilitou a simbiose de múltiplas frações do capital que conseguiram se valorizar dentro de uma certa divisão funcional que indicava o poder de cada um deles para ordenar o espaço econômico no qual se inseria.

Em relação à infra-estrutura, além de sua capacidade intrínseca de articular o território, cabe destacar o papel da burocracia montada a partir de grandes empresas estatais e dos seus investimentos espalhados regionalmente pelo país que tinham grande capacidade de ordenamento territorial. Segundo Vainer (2007),

não eram os planejadores regionais que planejavam a região, mas os planejadores e tomadores de decisão em cada um dos macro-setores de infra-estrutura: no setor elétrico, a Eletrobrás e suas coligadas (CHEFS, Eletronorte, Furnas, Eletrosul, Light), bem como algumas grandes empresas estaduais (Eletropaulo, Copel); no setor minero-metalúrgico, a Companhia Vale do Rio Doce, as grandes companhias siderúrgicas estatais; no setor petroquímico, a Petrobrás. Já nos anos 50, Brasília e a rodovia Belém-Brasília, assim como mais tarde a Transamazônica e outras intervenções viárias, redesenhavam o território regional, trazendo à vida novas regiões e novas regionalizações. (VAINER, 2007, p. 4).

Algumas das mudanças no Brasil pós-1980 como o declínio do planejamento regional, o avanço do neoliberalismo e da ideologia do Estado mínimo e as privatizações, se juntaram aos novos movimentos da economia brasileira e internacional que diminuíram a capacidade do setor público ordenar o território, reforçado pelas políticas macroeconômicas que, ao abrirem mercado de forma acelerada e não planejada promovendo a internacionalização do espaço econômico nacional, tornaram muito mais precária a capacidade de ordenamento territorial por parte do estado nacional, como veremos na seção 4.

4. Inserção externa, desconcentração econômica e populacional no Brasil: um território em movimento

Os dados das últimas PIAs - Pesquisa Industrial Anual e das Contas Regionais, ambas do IBGE, confirmam a continuidade do processo de desconcentração econômica regional no Brasil, cuja marca mais evidente é a perda de participação do estado de São Paulo tanto no PIB quanto, principalmente, na indústria de transformação (TABELA 1) e que marca o terceiro período do processo de organização espacial no país.

TABELA 1 - Indústria de Transformação: participação regional no VTI (Brasil = 100%)

Regiões e UF selecionada	1939	1949	1959	1970	1975	1980	1985	2004
Norte	1,1	0,7	0,9	0,8	1,3	2,4	2,5	5,0
Nordeste	10,9	9,1	6,9	5,7	6,6	8,1	8,6	8,5
Sudeste	74,1	76,5	79,3	80,7	76,3	72,6	70,8	62,7
Estado de SP	40,7	48,9	55,6	58,2	55,9	53,4	51,9	43,1
Sul	13,5	13,2	12,3	12,0	14,8	15,8	16,7	20,2
Centro-Oeste	0,4	0,5	0,6	0,8	1,0	1,1	1,4	3,6

Fonte: Cano (2008). Elaboração própria.

Os principais fatores da desconcentração econômica, que se manifesta desde os anos 1970, como largamente apontado pela literatura especializada⁶ foram, ao longo deste período: (1) a base

⁶Dentre os trabalhos que tratam do tema da desconcentração cabe citar: Cano (1995 e 2006 e 2008), Pacheco (1998 e 1999), Diniz (1991, 1993 e 1995), Azzoni (1986), Guimarães (1995a, 1995b e 1996), Sabóia (2002 e 2004), Araújo (2000) e Diniz Filho (2003).

desconcentrada de recursos naturais, que passou a ser mais exigida pela política de intensificação industrial, que deslocou uma série de investimentos para fora das regiões Sul e Sudeste; (2) o papel do Estado através do investimento direto realizado na periferia, especialmente pelas antigas estatais; (3) as políticas de desenvolvimento regional que até o início dos oitenta estimularam investimentos nas áreas das extintas SUDENE e SUDAM; (4) a integração do mercado nacional criando novos espaços para o investimento, especialmente o industrial; (5) a expansão da fronteira agrícola em áreas com grandes extensões e terras, o que estimulou, além dos investimentos agropecuários, investimentos agroindustriais; (6) o baixo ritmo de crescimento da economia brasileira nas décadas de 1980 e 1990 que teria afetado mais a economia de São Paulo do que as áreas menos desenvolvidas; (7) as políticas de incentivo às exportações e o crédito rural que beneficiaram investimentos fora centro industrial; (8) a guerra fiscal que atraiu investimentos para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; (9) as deseconomias de urbanização da Região Metropolitana de São Paulo, encarecendo investimentos nessa área; (10) as economias de aglomeração em novas regiões e cidades médias que apresentam custos para localização dos investimentos produtivos menores que a metrópole paulista ; (11) o perfil desconcentrado do sistema urbano brasileiro que possibilitou a realização de investimentos em núcleos urbanos espalhados territorialmente ao longo da rede de cidades brasileiras; (12) a abertura comercial que favoreceu os focos exportadores fora do núcleo industrial.

Desde os anos oitenta, observam-se, também, mudanças importantes no padrão demográfico país, com o maior ritmo de crescimento das cidades pequenas e médias, menor crescimento das metrópoles do Sudeste que se tornam menos atrativas às migrações, além do surgimento de novas aglomerações urbanas não metropolitanas que adensaram a rede urbana brasileira. Acrescente-se, ainda, que o número de municípios no país salta, por razões diversas que não cabem aqui discutir, de 3992 em 1980 para 5506 em 2000. Ainda que se manifeste com especificidades regionais (BAENINGER e BRITO, 2007), a desconcentração demográfica acena para uma configuração territorial do país muito mais complexa e heterogênea, com o sistema de cidades apresentando duas características que se acentuam: do ponto de vista interurbano, a rede urbana se complexifica pelo surgimento de aglomerações que passam a exercer centralidade em áreas pouco adensadas anteriormente, aumentando sua integração. Ademais, a desconcentração demográfica (TABELA 2, p. 14) associada aos impactos dos benefícios sociais decorrentes da Constituição de 1988 que atingiram as áreas menos urbanizadas criou maior circulação monetária geradora de externalidades para as atividades de serviços básicos, pouco sofisticados e intensivos em força de trabalho, além daqueles ligados às atividades decorrentes da descentralização do serviço público – saúde e educação

basicamente. Cano (2007) aponta, inclusive, para o fato *sui generis* de que a urbanização em partes de algumas áreas, como no semi-árido nordestino, não decorre da expansão da agricultura, nem da indústria e nem do serviço público, mas seria movida pelos efeitos das políticas sociais.

Por outro lado, núcleos urbanos com dinamismo econômico acima da média nacional passam a articular-se com mais intensidade com o exterior, tensionando elos da rede urbana, pois os centros de decisão que ordenam aqueles encontram-se no exterior e não no território nacional, numa verdadeira articulação local-global, com potencial desenvolvimento de forças centrífugas fragmentadoras. Do ponto de vista intra-urbano, as mudanças no padrão demográfico reproduzem, especialmente nas cidades médias, problemas que são típicos de regiões metropolitanas: insuficiência de infra-estrutura urbana, violência crescente, periferização das cidades, etc., indicando que a ocupação e reordenamento territoriais tenderiam a reproduzir os mesmo problemas verificados alhures no país.

Apesar do baixo ritmo de crescimento da economia brasileira no período pós-1980, observa-se que a organização espacial do país tornou-se muito mais complexa. Do ponto de vista econômico, a desconcentração criou novos pontos de dinamismo no território, tornando a decisão de investimento mais independente do antigo padrão de localização, que era fortemente metropolitano e concentrado no Sudeste e dependente, prioritariamente, do ritmo de crescimento do mercado interno comandado pelo aumento da renda gerada a partir dos investimentos produtivos e seus desdobramentos inter-setoriais. Ademais, a maior internacionalização da economia brasileira motivada pelo ajuste exportador (anos oitenta) e pela acelerada abertura econômica promovida pela política neoliberal (anos noventa) redefiniu os determinantes locais do investimento produtivo do país que – a despeito de se manter baixo, *vis-à-vis* suas taxas históricas – tornaram-se, desde então, muito mais atrelados ao dinamismo da economia internacional do que ao crescimento do mercado interno, como ocorrera entre 1920 e 1980. Muitas áreas ligadas à atividade exportadora – agronegócios e indústrias de bens intermediários, principalmente – puderam conectar-se diretamente à economia internacional com a qual mantêm, em muitos casos, vínculo mais forte do que com o núcleo industrial do país, estimulando interpretações sobre a tese do enfraquecimento da integração nacional e da maior fragmentação da economia brasileira, em parte derivadas dos efeitos dessa maior articulação local-global.

A desconcentração não deve ser analisada exclusivamente pela ótica macro-regional, inclusive porque a tradicional divisão por regiões apresenta-se insuficiente para entender a dinâmica territorial brasileira. Outra possibilidade para avaliar esse processo, também limitada, é verificar seu impacto por tamanho de município, o que possibilita uma visão geral do impacto dentro da rede urbana e dos efeitos sobre a configuração espacial do país. Embora também apresente dificuldades, especialmente porque

agrega municípios de distintas regiões que estão inseridos em redes urbanas com diferentes dinâmicas, o agrupamento por tamanho populacional, é menos heterogêneo internamente do que agrupamento por regiões cujas agregações, normalmente, escondem grandes diferenças entre os municípios que apresentam portes muito distintos tanto em termos populacionais quanto em termos estrutura produtiva e ocupacional.

Observa-se pela TABELA 2, que as cidades pequenas (até 100 mil habitantes) e as médias (entre 100 e 500 mil habitantes) ampliaram a participação no total do emprego da indústria de transformação de 61,0% em 1980 para 71,2%, em 2000. Em contraposição, aquelas acima de um milhão de habitantes não apenas perderam participação, como apresentavam, em 2000, um estoque de empregos nesse segmento 18% menor do que em 1980, indicando que novas territorialidades vão se formando no país, para além das regiões metropolitanas.

TABELA 2 - População e emprego na indústria de transformação, por tamanho de município – 1980-2000

Tamanho do município	População					Emprego na indústria de Transformação				
	1980	em %	2000	em %	taxa de cresc.	1980	em %	2000	em %	taxa de cresc.
até 50 mil	51.604.960	43,4	62.270.004	36,7	0,9	1.568.556	22,6	2.461.502	28,1	2,3
>50mil e <100mil	15.627.576	13,1	20.928.128	12,3	1,5	857.489	12,4	1.201.184	13,7	1,7
>100mil e <250mil	14.542.928	12,2	21.601.154	12,7	2,0	1.165.148	16,8	1.413.627	16,1	1,0
>250mil e <500mil	8.208.142	6,9	18.026.851	10,6	4,0	637.679	9,2	1.163.175	13,3	3,1
>500mil e <1milhão	5.225.730	4,4	12.583.713	7,4	4,5	506.167	7,3	713.163	8,1	1,7
acima de 1 milhão	23.800.442	20,0	34.389.320	20,3	1,9	2.202.585	31,7	1.804.410	20,6	-1,0
Total Brasil	119.009.778	100,0	169.799.170	100,0	1,8	6.937.624	100,0	8.757.061	100,0	1,2

Fonte: Censo demográfico/IBGE. Elaboração própria.

O mesmo se observa em relação ao emprego formal, conforme se depreende da tabela 3, embora o período nesta seja diferente da anterior. É importante frisar que mesmo após a retomada do crescimento da economia brasileira nos últimos quatro anos, impulsionada pelo crescimento da economia mundial, o aumento do emprego na indústria de transformação se deu, em maior ritmo, em municípios entre 100 e 500 mil habitantes. Naqueles acima de um milhão de habitantes, observa-se não apenas um declínio relativo de 30,8% do total do emprego da indústria de transformação em 1985 para 20,5% em 2006, mas também uma queda absoluta com o total em 2006 abaixo 16,0% do verificado em 2005, confirmando a configuração de um novo padrão de organização espacial da indústria brasileira que se torna menos metropolitano, com ascensão das cidades médias⁷ que passam a ganhar maior importância na organização e estruturação territorial do Brasil.

⁷Sobre cidades médias ver Sposito, Sobarzo e Sposito (2006) e Sposito (2006).

TABELA 3 - Emprego formal na indústria de transformação, por tamanho de município – vários anos

Tamanho do município	Emprego formal						Distribuição do emprego formal (em %)					
	1985	1989	1994	1999	2003	2006	1985	1989	1994	1999	2003	2006
até 50 mil	960.490	1.092.693	1.028.410	1.100.459	1.387.293	1.680.861	18,4	17,8	20,4	23,9	25,9	25,5
>50 mil e <100 mil	683.498	818.480	736.369	636.611	754.089	857.149	13,1	13,3	14,6	13,8	14,1	13,0
>100mil e <250 mil	889.027	1.000.206	837.570	835.450	950.046	1.198.252	17,1	16,3	16,6	18,1	17,7	18,2
>250 mil e <500 mil	663.313	763.392	652.910	586.193	705.274	976.542	12,7	12,4	12,9	12,7	13,2	14,8
>500 mil e <1 milhão	408.269	655.715	480.123	351.697	415.067	531.485	7,8	10,7	9,5	7,6	7,7	8,1
acima de 1 milhão	1.607.203	1.804.868	1.315.145	1.093.472	1.144.390	1.350.494	30,8	29,4	26,0	23,8	21,4	20,5
Total Brasil	5.211.800	6.135.354	5.050.527	4.603.882	5.356.159	6.594.783	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

O comportamento da indústria é fundamental para compreender não apenas a dinâmica regional brasileira, mas, sobretudo, a integração do mercado nacional e do território. Historicamente, como frisamos as relações inter setoriais da indústria promoveram articulações produtivas entre as regiões, reforçando a integração econômica e territorial do país. No entanto, a partir dos anos oitenta, sob os efeitos da crise da dívida externa, a indústria brasileira sofreu as consequências negativas dos ajustes macroeconômicos recessivos, com o que apresentou níveis relativamente mais baixos de investimentos, em contexto no qual as empresas (nacionais e estrangeiras) adotaram estratégias defensivas ante a instabilidade e incerteza crescentes, o que retardou a entrada de nossos principais setores no paradigma tecnológico emergente, reforçando nossa competitividade em segmentos sustentados pelo binômio recursos naturais e baixos salários, reforçando o histórico padrão de uso predatório do território e exploração “dos de baixo”. Contribuiu para esse quadro o abandono das políticas setoriais por parte do governo federal.

Na década seguinte, a indústria manteria seu baixo ritmo de crescimento. A estratégia neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), ao definir a abertura da economia - com o fim dos subsídios e a queda das tarifas de importação - como instrumento que forçaria a modernização e aumento de competitividade na indústria brasileira e sua maior internacionalização, apresentou, num primeiro momento, efeito contrário, ao expor o parque produtivo do país a uma concorrência abrupta para a qual ele não poderia fazer frente no curto prazo. Muitos industriais, representantes de uma elite conservadora que pouco fez para defender a estrutura industrial montada no período anterior, aproveitando-se da maior internacionalização da economia, venderam seus ativos garantindo a preservação de suas fortunas no mercado financeiro, confirmando sua histórica habilidade de se ligar às finanças internacionais, em detrimento de manter internalizado importante centros de decisão que ao passarem para empresas estrangeiras tornou o controle sobre o ordenamento territorial muito mais articulado às decisões externas.

A sobrevalorização cambial até 1999, as crises externas⁸, o ajuste defensivo⁹ da indústria brasileira e a possibilidade de ganhos no sistema financeiro afetariam o desempenho da indústria. A retomada recente de seu crescimento, a partir de 2003, derivou muito mais da situação favorável do mercado internacional, impulsionado pelo efeito China, que ampliou a demanda de bens intermediários e *commodities*, aumentando a internacionalização do uso do território brasileiro, numa estratégia muito mais centrada em atender o mercado externo do que reforçar o mercado interno, tornando o crescimento da economia nacional muito mais dependente do movimento da economia internacional.

Como consequência, a participação da indústria no PIB brasileiro (TABELA 4) diminuiu acentuadamente - especialmente a de transformação que efetivamente responde pela maior parte da articulação setorial e territorial das economias regionais. Não por acaso alguns trabalhos apontam para o perigo da desindustrialização (IEDI, 2005 e 2007).

TABELA 4 – Brasil: Estrutura setorial do PIB (em %)

Setor	Brasil			
	1970	1980	1989	2004
Primário	11,5	10,1	9,1	6,9
Secundário	35,8	40,9	40,6	30,1
Ind. Extrativa	2,9	2,2	1,1	1,9
Ind. Transformação.	27	31,3	30,8	19,1
Terciário	52,6	49,0	50,3	63,3

Fonte: Cano (2008).

Ainda que muitos apontem para a falta de evidência de um processo de desindustrialização no Brasil (NASSIF, 2006) – embora também não seja possível afirmar o contrário sem pesquisas mais detalhadas, a existência de uma “especialização regressiva” e a quebra de importantes cadeias produtivas tensionaram a integração econômica e territorial das regiões brasileiras, criando estímulos potenciais à fragmentação do território que se juntam aos demais elementos fragmentadores apontados por Vainer (2007): os grandes projetos de investimento, a guerra dos lugares e o velho regionalismo e as redes de clientela-patronagem. A esses poderíamos acrescentar a manutenção da política macroeconômica conservadora que estimula a valorização financeira em detrimento da produtiva, aumentando a “servidão financeira” do país (PAULANI e PATO, 2005); a privatização das estatais e a

⁸A do México em 1995, a da Ásia em 1997 e a da Rússia em 1998.

⁹ “As empresas abandonaram todas as atividades nas quais o aumento da competitividade não pudesse ser obtido com a velocidade e a economia de investimento que o câmbio apreciado e a taxa de juros exigiam. Independentemente dos ganhos imediatos de produtividade que esses movimentos possam ter gerado, a consequência, do ponto de vista do perfil da produção industrial no Brasil, foi a especialização em atividades intensivas em vantagens naturais ou com menor exposição à concorrência externa. A desarticulação das cadeias produtivas e o abandono das atividades mais intensivas em inovação caracterizaram um processo de “especialização regressiva” da produção industrial brasileira”. (LAPLANE e SARTI, 2006, p. 275).

desnacionalização do parque produtivo brasileiro que retirou importantes centros de decisão da mão de agentes nacionais; a postura conservadora das elites empresariais que rapidamente reconverteram seus ativos inserindo-se na financeirização mundializada do capital, inclusive em operações urbanas de grande porte; e a opção clara pela inserção competitiva feita pelo governo federal, expressa no apoio irrestrito ao agronegócio e às empresas exportadoras de bens intermediários, ambos responsáveis por importantes mudanças na organização espacial do país. É importante registrar que o crescimento recente do mercado interno deu-se muito mais pelas novas modalidades de crédito ao consumidor, políticas de valorização do salário mínimo, políticas de renda mínima, recuperação do emprego, porém a formação bruta de capital ainda se mantém baixa o que dificulta o crescimento sustentado da economia.

Do ponto de vista regional, ainda que não se possa afirmar que caminhamos para uma *fragmentação* da economia nacional (PACHECO, 1998), embora haja evidências apesar da carência de estudos detalhados sobre o tema, observam-se comportamentos menos sincrônicos das economias estaduais e regionais, com ritmos de acumulação dissociados, em muitos casos, do mercado interno. Este, na medida em que a crise afetou mais fortemente a economia paulista (CANO, 1995, 2006, e 2008), perdeu parte de seu dinamismo, tornando-se opção mais restrita para o escoamento das produções regionais, especialmente às ligadas a bens de consumo tradicionais. Também contribuiu para isso o aumento do desemprego nas regiões metropolitanas e a diminuição da renda do trabalho que restringiram, ainda mais, o mercado de consumo urbano, problema que foi amenizado pela recuperação recente da economia.

Do mesmo modo, a avalanche importadora nos anos noventa provocou dificuldades para essa tradicional indústria. Ainda que também sejam escassos os estudos regionais sobre quebra das cadeias produtivas derivadas da liberalização econômica e sobre os impactos regionais da reestruturação nos anos noventa, os dados disponíveis apontam para fechamento de fábricas por todo o país, ainda que se observem ajustes empresariais importantes que possibilitaram aumento de produtividade, com o que passaram a enfrentar a concorrência com maior eficiência. Infelizmente, os principais estudos sobre *desindustrialização* no país, como os do IEDI (2005 e 2007), têm desenvolvido análises de forma setorializada e agregada. Essa lacuna coloca problemas significativos para o entendimento das dinâmicas estaduais e regionais, estando por merecer estudos específicos mais amplos. No entanto, a se confirmar a desindustrialização, os efeitos fragmentadores sobre o território se manifestarão.

O ajuste exportador, por sua vez, resultou em comportamentos distintos das economias regionais, beneficiando aquelas receptoras de indústrias intensivas em matérias-primas, em geral

produtos industriais semi-elaborados ou agropecuários, que receberam investimentos em seu território para facilitar-lhes as exportações (ARROYO, 2003 e CASTILHO, 2006), reforçando elementos tensionadores da integração da economia e territórios nacionais.

Da mesma forma, a expansão da agropecuária, criou oportunidades de extroversão para as economias estaduais na franja da fronteira agrícola e extrativa, ou mesmo para antigas áreas de ocupação que reconverteram seu mix de produção, direcionando-o cada vez mais para o mercado externo e criando algum dinamismo para a agroindústria e mineração, fato que vem contribuindo para a continuidade do processo de desconcentração econômica¹⁰, ao mesmo tempo que cria e/ou reforça novas territorialidades urbanas como as promovidas pela expansão dos canaviais no estado de São Paulo (MACEDO, BRANDÃO e MACIEL, 2006) ou pela expansão da fronteira agrícola em outras. Reforça-se, portanto, o uso predatório do território, seja pela indústria extrativa internacionalizada, seja pela itinerância da agricultura cuja ampliação das fronteiras internas transfere para as regiões mais longínquas recém incorporadas à acumulação capitalista os problemas verificados alhures no território nacional.

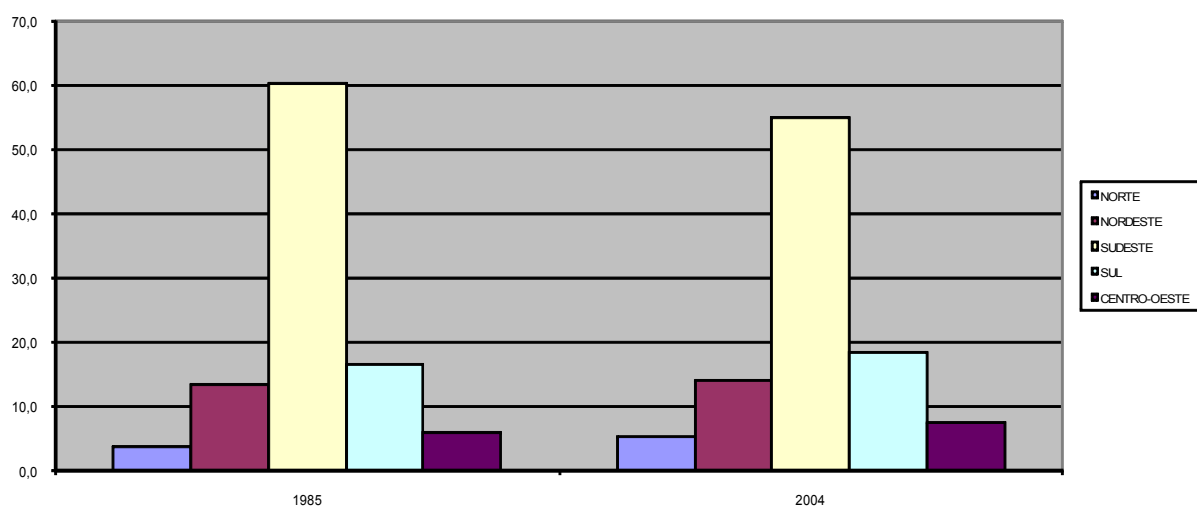
Não resta dúvida que a “saída para fora”, seja como resultado das políticas econômicas pós-1980, seja como derivação dos efeitos da crise sobre o mercado interno, tornou-se “alternativa” para diversas economias estaduais, ainda que esse modelo de “inserção competitiva” não tenha se mostrado capaz de garantir novo padrão de acumulação em condições de sustentar, prolongadamente, o crescimento do país, embora seja importante para as mudanças observadas nas economias regionais e estaduais. Ou seja, mesmo que insuficiente para garantir taxas elevadas de crescimento sustentado para a economia nacional, a maior extroversão de nossa economia gerou dinamismos pontuais que beneficiaram áreas específicas do território, com modificações em algumas estruturas produtivas, promovendo rebatimentos expressivos na dinâmica regional brasileira, como destacou Pacheco (1998).

O GRÁFICO 3 apresenta a distribuição regional do PIB brasileiro em 1985 e 2004¹¹. Observamos que no período, Norte e Centro-Oeste ampliaram suas participações, enquanto o Nordeste manteve-a inalterada. Estas regiões agregadas passaram de 22,7% para 26,8%. O Sul também a aumenta em 1,1% enquanto o Sudeste apresenta a maior perda (-5,2%). Cabe destacar que as três maiores economias estaduais - SP, MG e RJ - perdem participação de 5,2%, 0,2% e 0,1%, respectivamente.

¹⁰Sobre a desconcentração regional recente na economia brasileira, ver Cano (2008).

¹¹Optou-se por desconsiderar os dados de 2005 em decorrência das mudanças metodológicas que tornaram comparações com períodos anteriores impossíveis.

Gráfico 3 - Distribuição regional do PIB brasileiro



Fonte: IBGE/Contas Regionais.

Mais importante do que essas variações, no entanto, são as alterações nas estruturas produtivas, com mudanças importantes na participação de alguns setores – normalmente exportadores – nas regiões, sejam por variações de preços relativos, sejam por variações na produção, fato que merece estudo detalhado num esforço ainda em aberto, que já vem sendo parcialmente suprimido em pesquisa recente e inédita conduzida por Cano (2008).

É importante ressaltar que dada a conjugação de ciclos de curta duração, o movimento da economia regional não pode ser apreendido por uma análise *ponta a ponta* que encobriria alguns fenômenos importantes. A agropecuária, por exemplo, após perder participação no PIB total do Brasil nas contas regionais¹² - de 11,2% em 1985 para 6,6% em 1993 - ampliou sua participação para 9,7% em 1994 caindo a partir daí até atingir 7,5% em 2000. Depois, cresce a partir de então até atingir 10,4% em 2003, com queda em 2004 (9,5%). O esforço exportador, como mostraremos adiante, contribui também para essa retomada da participação do setor no PIB regional brasileiro.

Em relação a esse setor, merece nota a ocorrência de movimentos regionais em sentido contrário. A perda de participação do Nordeste no agregado Brasil: passa de 20,4% em 1985 para 19,4% em 1989; 16,8% em 1994; 14,6% em 1999, atingindo e 13,6% em 2003, a menor do período, com aumento em 2004 (14,3%). Com isso, a agropecuária que representava 17,1% do PIB nordestino em 1985, respondia apenas por cerca de 10,0%, em 2004.

¹²Para discussão sobre as diferenças entre os resultados das contas nacionais e regionais, ver notas metodológicas apresentadas por Cano (2008).

Por outro lado, para aqueles mesmos anos, o Centro-Oeste apresentou as seguintes participações no agregado Brasil: 7,2%, 6,2%, 9,1%, 11,3%, 14,3% e 15,4%. Em 2003, agropecuária respondia por 20,4% da economia do Centro-Oeste, a maior desde 1985, puxada por seu agronegócio de exportação, embora em 2004 tenha apresentado pequena queda de participação (19,5%). São Paulo por sua vez, mais avançada, moderna e tecnificada agricultura do país também apresentou importante expansão nesses anos: 18,0%, 14,4%, 19,9%, 20,8%, 23,9% e 21,3%. Em 2002, a participação desse estado chegou a 26,6% do agregado Brasil. No mesmo ano, o setor respondeu por 7,7% de sua economia (em 1985, era 5,6%), embora tenha caído para 6,5% em 2004. Também em São Paulo observa-se crescimento da produção agropecuária estimulado pelo aumento das exportações e pela expansão de culturas com maior valor agregado, como laranja e cana, e deslocamento para outras regiões daquelas com menor rentabilidade (DINIZ, 2005), redefinindo o uso do solo rural pelas especializações regionais.

Portanto, de forma recíproca, as exportações refletiram em boa medida a expansão agropecuária. A TABELA 5 apresenta o crescimento médio anual das exportações brasileiras e regionais¹³ entre 1991 e 2007 por fator agregado. Nota-se o melhor desempenho dos produtos básicos *vis-à-vis* os industrializados, especialmente a partir de 2000, quando as exportações têm forte crescimento, refletindo, também, os efeitos da desvalorização cambial de 1999, e posteriormente, os impactos positivos do crescimento da economia mundial. A participação dos produtos básicos salta de 27,9% do total das exportações brasileiras em 1991 para 32,5% em 2007. Apesar da queda na participação relativa dos produtos industrializados no mesmo período há de se destacar que os manufaturados cresceram ligeiramente acima dos semimanufaturados.

TABELA 5 – Brasil e regiões: taxa de crescimento anual médio das exportações segundo fator agregado – diversos períodos (em %)

Exportações segundo fator agregado	Brasil			Norte			Nordeste			Sudeste			Sul			Centro-Oeste		
	91-07	91-99	00-07	91-07	91-99	00-07	91-07	91-99	00-07	91-07	91-99	00-07	91-07	91-99	00-07	91-07	91-99	00-07
Básicos	11,7	3,5	22,8	9,9	1,0	21,9	9,3	-1,8	19,7	11,5	2,4	24,9	10,7	5,8	18,3	19,6	9,2	27,5
Industrializados (A+B)	10,1	5,6	14,7	12,8	9,6	13,5	10,1	2,8	18,1	9,6	5,0	14,4	11,0	7,9	13,7	17,9	15,6	24,0
A - semimanufaturados	9,2	5,1	14,4	9,4	5,6	12,7	9,5	4,4	15,6	8,2	3,1	14,1	11,1	12,4	13,3	18,7	17,0	23,5
B - manufaturados	10,4	5,8	14,7	18,8	18,3	14,2	10,4	1,5	20,0	9,9	5,5	14,5	11,0	7,0	13,8	16,6	13,5	24,8
Total	10,7	5,2	16,9	11,3	5,4	16,7	10,0	2,0	18,3	10,1	4,7	16,6	10,9	7,2	15,2	19,3	10,7	26,9

Fonte: Sistema Alice/MDIC. Elaboração própria.

O Norte por sua vez decresce suas exportações de produtos básicos de 11,2% para 8,6%, mas amplia no agregado Brasil passando de 5,6% do total exportado pelo país para 6,2%, graças ao desempenho de seus produtos industrializados que entre 1991 e 2007 cresceu (+12,8% a.a.) acima da média brasileira (+ 10,1% a.a.). O Nordeste por sua vez perde participação nas exportações do país

¹³Calculado com base no valor das exportações em US\$ correntes.

(9,1% para 8,3% do total exportado), inclusive com queda em produtos básicos (7,2% em 1991 e 5,1% em 2007), confirmando o menor dinamismo médio de sua agropecuária que perdeu participação no total nacional. No entanto, deve-se destacar o crescimento das exportações dos produtos industrializados, especialmente no período 2000-2007, resultado do aumento das exportações baianas puxadas pela Ford. O Sudeste sofre queda na participação tanto em produtos básicos (47,8% em 1991 e 46,1% em 2007) quanto, principalmente, em produtos industrializados (67,8% em 1991 e 62,7% em 2007). Em 2007 a participação da região no total das exportações brasileiras era 57,5% ante 62,3% de 1991. O SUL entre 1991 e 2007 apresentou crescimento das exportações muito próximo à média nacional, aumentando ligeiramente sua participação (21,1% em 1991 e 21,9% em 2007). O Centro-Oeste, entre 1991 e 2007¹⁴, mais que triplicou sua participação no total exportado pelo país, passando de 1,8% para 6,1%. Em 2007, sua participação no total de produtos básicos é ainda maior: 15,7% (em 1991 era de 5,3%). Como resultado desse desempenho exportador, todas as regiões apresentaram elevação do seu coeficiente de exportações (e de importações).

Como dinamismo geral da economia atrelado principalmente às atividades exportadoras intensivas em recursos naturais, o esforço da política econômica é cada vez mais no sentido de priorizar essas atividades, tornando o território nacional um espaço da economia internacional e cujo ordenamento depende cada vez menos de centros internos de decisão. O mais paradigmático exemplo da captura dos interesses internos pelos externos foi a proposição dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento¹⁵ que definiu uma nova regionalização do país pautada em centros dinâmicos vinculados à economia internacional que deveriam receber os investimentos multimodais para facilitar a saída de sua produções regionais para os mercados internacionais, reduzindo a política regional ao problema da dinamização das exportações. Embora seja fundamental a maior inserção na economia internacional, é importante não esquecer o alerta do Mestre que tão bem compreendeu a o desenvolvimento regional brasileiro e sua relação com a inserção do país na ordem internacional:

O modelo de substituição de importações estava longe de haver esgotado suas possibilidades como motor do crescimento, particularmente nos países de mercado interno de dimensões médias e grandes. No caso do Brasil que mantém grandes disponibilidades de solos aráveis subutilizados e acentuada heterogeneidade social, o caminho mais curto para o desenvolvimento continuará a ser por muito tempo o dinamismo do mercado interno (...) A experiência nos ensina que o modelo de desenvolvimento deve ser concebido a partir da peculiaridade de cada país, tendo em conta os constrangimentos do quadro internacional. Ora, o que estamos testemunhando é o desmantelamento do modelo que permitiu a inserção dos países da América Latina no processo de industrialização e a adoção acrítica de uma política econômica que privilegia as empresas transnacionais, cuja racionalidade somente pode ser captada no quadro do sistema de forças que transcende os interesses específicos dos países que

¹⁴ Apesar de haver informações de comércio exterior até 2007, optou-se aqui por trabalhá-las até 2004, último ano para qual há informações sobre os PIBs estaduais e regionais.

¹⁵ Sobre a política dos Eixos ver crítica de Brandão e Galvão (2003).

o integram. Trata-se de prescindir de políticas nacionais de desenvolvimento, porquanto a estratégia das grandes empresas transnacionais se sobrepõe ao âmbito da visão dos atores nacionais (FURTADO, 2000, p. 18)

Considerações finais

Segundo Harvey (2004), o movimento do capital “(...) tanto cria como destrói os fundamentos geográficos – ecológicos, espaciais e culturais – de suas próprias atividades, construindo um mundo à sua imagem e semelhança” (HARVEY, 2004, p. 40). Não por acaso, este autor¹⁶ enfatiza reiteradas vezes o caráter profundamente geográfico da acumulação capitalista que promove uma constante reorganização espacial em seu movimento, redefinindo, inclusive, a inserção externa das economias nacionais no sistema capitalista mundial. Cada período histórico, portanto, apresentará uma organização espacial que reflete a forma como cada espaço econômico responde às pressões do capital. Nesse sentido, no Brasil observamos que a estruturação do território foi caracterizado (1) por grande dispersão e verdadeiros arquipélagos (regionais e urbanos) na fase agro-exportadora, (2) pela formação de uma rede urbana integrada de caráter fortemente metropolitano no período de integração do mercado interno quando as economias regionais se articularam e (3) pela desconcentração produtiva e espraiamento da produção para cidades médias, com fortes elementos que pressionam a fragmentação do território pela forma como país se insere subordinadamente na ordem internacional, especializando-se em produtos intensivos em recursos naturais, para os quais são direcionados os esforços de montagem das infra-estruturas regionais. A política econômica exerce papel central neste processo, pois a maior autonomia e respostas mais soberanas ante pressões externas iguais as que são colocadas hoje pelo avanço da globalização, são fundamentais para estruturação integradora do território similar ao que ocorreu no segundo período aqui abordado. A falta de soberania e a opção por políticas mais subordinadas às pressões do capital internacional estimulam forças desintegradoras do território semelhantes as que aconteceram nos demais períodos de nossa história econômica.

O perigo da fragmentação é muito mais evidente hoje no Brasil, cujas políticas reforçam a estruturação do território para uma busca de “inserção competitiva” que vai enfraquecendo os laços de integração regional e aumentando os vínculos das regiões com o mercado externo. Junta-se a isso o avanço da globalização dos mercados que desde do quartel final do século XX estabeleceu um novo e acelerado ciclo de acumulação de capital que tensionou a integração das economias subdesenvolvidas, como são exemplos os importantes (e intensos) deslocamentos espaciais da atividade econômica, especialmente da indústria de transformação, redefinindo a localização dos investimentos, promovendo

¹⁶Ver Harvey (1982) e Harvey (2005).

especializações produtivas em algumas regiões, incorporação de outras para a indústria manufatureira e para serviços mais sofisticados, além de processos de desindustrialização em distintas áreas, tanto nas economias desenvolvidas como subdesenvolvidas, criando uma nova imbricação territorial da produção e do consumo que modifica as relações entre as economias nacionais e subnacionais.

Do ponto de vista econômico, a concentração do capital com dispersão geográfica redefine, mundo afora, uma divisão territorial do trabalho profundamente assimétrica na qual alguns pontos das economias nacionais – especialmente nos países subdesenvolvidos – se articulam diretamente à economia internacional especializando-se na produção de bens que são direcionados ao mercado internacional, para atender, com grande frequência, padrões de consumo conspícuo. Normalmente, esses bens são intensivos nos outros dois principais ativos de que dispõem as populações locais: recursos naturais e força de trabalho. Esta passa a ser cada vez mais super-explorada, com alta jornada laboral e salários extremamente baixos para garantirem – via redução de custos - produção competitiva internacionalmente. Com isso, reforçam-se contradições históricas entre o bem estar das populações locais e os interesses do grande capital globalizado que se apropria, neste movimento, dos principais ativos do território aonde ele penetra - a força de trabalho, os recursos naturais e as culturas locais – ao mesmo tempo em que modifica seu padrão de organização espacial, com o direcionamento dos recursos públicos para a construção da infra-estrutura que liga essas áreas à economia mundial.

É importante registrar que esse processo não se dá pela ação direta do capital global sobre o território que continua – ainda que de forma mais limitada - sobre o controle do Estado-Nação. Ao contrário, ele é intermediado pela ação dos atores locais – públicos e privados - que atuam por dentro do Estado para se articularem aos interesses dos *global players* criando as condições necessárias para a entrada do investimento estrangeiro, papel que é exercido a partir da política macroeconômica e do aparato jurídico-institucional que lhe dar sustentação. No esforço para garantir a ligação local-global, o Estado mínimo abdica de políticas de integração regional, impulsionando movimentos centrífugos que estimulam a fragmentação nacional como é exemplo a “guerras dos lugares” (SANTOS, 1998) aonde uma região busca – *vis-à-vis* as demais - atrair para si investimentos, através de incentivos de diversas ordens que oneram as contas públicas e diminuem os investimentos sociais, agravando as condições de vida naqueles territórios que são “adaptados” através do marketing urbano e regional para se tornarem mais atrativos ao capital (COMPANS, 2005). Para o país o país subordinado à ordem internacional, este processo ganha particular importância, afinal, ao longo de nossa história, os padrões de organização territorial moveram-se entre forças centrífugas (predominante na maior parte da nossa história) que priorizam as ligações com o exterior e forças centrípetas que estimularam o fortalecimento

dos laços de integração territorial, como se verificou no breve período de montagem do parque industrial. A arbitragem dessas duas forças sempre dependeu da forma como o poder público – seja Metropolitano (período Colonial) seja o Estado Nacional (período Imperial e Republicano) - costurou a integração da economia brasileira à economia internacional, e das respostas dadas às constantes transformações dessa relação promovidas pelas mudanças no cenário externo. Sem dúvida, vivemos hoje um período de predomínio de forças centrífugas que atuam tanto de dentro para fora como de fora para dentro contribuindo para o enfraquecimento da integração territorial, resultado da ausência de um Estado soberano que priorize os interesses da nação em detrimento dos interesses internacionais, sem abrir mão, evidentemente, de uma inserção maior na economia mundial.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Tânia B. **Ensaio sobre o Desenvolvimento Regional Brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro, Revan, 2000.
- ARROYO, Mônica. **Território brasileiro e mercado externo - uma leitura do Brasil na virada do século XX**. São Paulo: USP, Tese de Doutorado, 2001.
- AZEVEDO, Aroldo de. **Vilas e cidades do Brasil colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva**. São Paulo, FFCL/USP (Boletim de Geografia), 1956.
- AZZONI, Carlos Roberto. **Indústria e reversão da polarização no Brasil**, São Paulo: IPE/USP, 1986.
- BAENINGER, Rosana; BRITO, Fausto. Crescimento das Cidades, das Metrôpoles e do Interior do Brasil Contemporâneo. In: XII Encontro Nacional da ANPUR, Belém. **Anais...**, Belém, 2007, 1 cd-room.
- BRANDÃO, Carlos A. **Território e Desenvolvimento**. Campinas, Editora da UNICAMP, 2008.
- BRANDÃO, Carlos A.; GALVAO, A. C. F. Fundamentos, motivações e limitações da proposta governamental dos Eixos Nacionais de Desenvolvimento e Integração. In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C.. (Org.). **Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões - o desafio urbano-regional**. São Paulo, Editora da UNESP, 2003, v. 1, p. 187-205.
- BRANDÃO, Carlos. A.; CORRÊA, V. P. O papel da Infra-estrutura no processo de desenvolvimento. In: XXV Encontro Nacional da ANPEC, Recife, 1997. **Anais...**, Recife, 1997. v. I. p. 180-196.
- CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**, São Paulo, HUCITEC, 3ª Ed., 1991 [1977].
- CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970**, São Paulo, Global/Unicamp, 1981.
- CANO, Wilson. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850-1930). **Estudos Econômicos**, São Paulo, USP/IPE, v. 15, n. 2maio/ago., p. 291-306, 1985.
- CANO, Wilson. Questão Regional e Urbanização no Desenvolvimento Econômico pós-1930. **Anais do VI Encontro Nacional da ABEP**, Olinda, 1988, vol. 2, pp. 67 a 99, 1988.
- CANO, Wilson. **Soberania e Política Econômica na América Latina**, São Paulo, Ed. UNESP, 2000.
- CANO, Wilson. A desconcentração espacial da indústria paulista. **Boletim Regional – Informativo da Política Nacional de Desenvolvimento Regional**, Brasília, n.1, p. 18-22, 2006.
- CANO, Wilson. Questão regional e urbana no Brasil: alguns impasses atuais. IN: DINIZ, Clélio Campolina (org.). **Políticas de desenvolvimento regional – desafios e perspectivas á luz das experiências da União Européia e do Brasil**. Brasília, Editora da UNB, 2007, p. 249-265.
- CANO, Wilson. **Descontração Produtiva Regional do Brasil 1970-2005**, UNESP, no prelo, 2008.

- CASTILHO, Ricardo Luis Lopes. Exportar alimentos é saída para o Brasil?. IN: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre. **Que país é esse?** São Paulo: Globo, p. 283-307, 2005.
- COMPANS, Rose. **Empreendedorismo urbano**. São Paulo, Editora da Unesp, 2005.
- CORREA, Roberto Lobato. **Organização espacial e região**. São Paulo, Ática, 1986.
- CORREA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006.
- DINIZ, Clélio Campolina. **Dinâmica Regional da Indústria no Brasil**: início de desconcentração, risco de reconcentração. Tese de Titular. Belo Horizonte, UFMG, 1991.
- DINIZ, Clélio Campolina. Desenvolvimento Poligonal no Brasil: Nem Desconcentração nem contínua Polarização. **Nova Economia**, 3(1). Belo Horizonte, 1993.
- DINIZ, Clélio Campolina. A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas, **Texto para discussão**, n. 375, Rio de Janeiro, IPEA, jun. 1995.
- DINIZ, Clélio Campolina. Território e Nação. IN: IPEA. **O Estado de uma Nação**. Brasília, IPEA, 2005, p. 158-197.
- DINIZ FILHO, Luis Lopes. Para onde irão as indústrias. IN: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre. **Que país é esse?**. São Paulo, Globo, 2005, p. 63-97.
- FARIA, Vilmar. O sistema urbano brasileiro: um resumo das características e tendências recentes. São Paulo, **Estudos do CEBRAP**, nº 18, out.-dez., 1976, p. 91-116.
- FARIA, Vilmar. O processo de urbanização no Brasil: algumas notas para seu estudo e interpretação. **Anais do I Encontro da ABEP**, pp. 89-110, 1978.
- FARIA, Vilmar. Cinquenta anos de urbanização no Brasil. São Paulo, **Novos Estudos CEBRAP**, nº 3, 1991, p. 98-119.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**, São Paulo, Editora Nacional, 17ª ed., 1980 [1959].
- FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento** – um enfoque interdisciplinar. São Paulo, Editora nacional, 1980.
- FURTADO, Celso. **A construção interrompida**. São Paulo, Paz e Terra, 2000.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. “Ciclos Econômicos e Desigualdades Regionais no Brasil”. XXIV Encontro Nacional da ANPEC, Águas Lindóia. **Anais...**, Águas de Lindóia, 1996, 480-498.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. Desigualdades Regionais e Federalismo, IN: AFFONSO, Rui de Britto Álvares, & SILVA, Pedro. Barros (org.), **Desigualdade Regional e Desenvolvimento**, São Paulo: FUNDAP/Editora UNESP, 1995a, p. 13-59.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. Dimensões, limites e implicações da desconcentração espacial. IN: AFFONSO, Rui de Britto Álvares, & SILVA, Pedro. Barros (orgs.), **A Federação em Perspectiva**, São Paulo: FUNDAP, 1995b, p. 374-397.
- HARVEY, David. **Limits to capital**. Oxford, 1982.
- HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo, Edições Loyola, 2004.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo, Annablume, 2005.
- HILFERDING, R. **O capital Financeiro**. São Paulo, Nova Cultural, 1985 [1910].
- HIRSCHMAN, Albert O. **La estratégia Del desarrollo económico**. México, Fondo de Cultura, 1970 [1958].
- HOLANDA, Sérgio B. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1936.
- IEDI. **Desindustrialização e os dilemas do crescimento econômico recente**, São Paulo, IEDI, 2007.
- IEDI. Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?, **Carta IEDI**, n. 183, São Paulo, novembro de 2005.
- MACEDO, Fernando César de; BRANDÃO, Carlos. A.; MACIEL, Claudio. S. (2006). Economia, urbanização e novas territorialidades no desenvolvimento de São Paulo. **TRAVESSIA - Revista do Migrante**, nº 54, jan-abr, 2006.
- LAPLANE, Mariano, SARTI, Fernando. Prometeu acorrentado: a indústria brasileira no início do século XXI. **Política Econômica em Foco**, Campinas, n. 7, nov. 2005-abr. 2006, p. 271-291.

- NASSIF, André. Novos Há evidências de desindustrialização no Brasil?. **Texto para discussão**, n. 108, Rio de Janeiro, BNDES, jul. 2006.
- OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o urbano no Brasil. In **Espaço e Debates**, vol. 6: 36-54, 1982.
- PACHECO, Carlos A. **A Fragmentação da Nação**. Campinas, Editora Unicamp/IE, 1998.
- PACHECO, Carlos A. Novos Padrões de Localização Industrial? Tendências Recentes dos Indicadores da Produção e do Investimento Industrial, **Texto para discussão**, n. 633, Brasília, IPEA, mar. 1999.
- PAULANI, Leda; PATO, Christy G. Investimento e servidão financeira: o Brasil no último quarto de século. IN: PAULA, João A. de. **Adeus ao desenvolvimento** – a opção do governo Lula. Belo Horizonte, Autêntica, 2005, p. 37-65.
- PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo, 18ª Ed., São Paulo Brasiliense, 1983 [1942].
- SABOIA, João. A indústria brasileira no Nordeste e as desigualdades inter e intra-regionais. **Revista Econômica**, Niterói, UFF, v. 6, n. 1, p. 61-102, jun., 2004.
- SABOIA, João. Descentralização Industrial no Brasil na Década de Noventa - Um Processo Dinâmico e Diferenciado Regionalmente. **Nova Economia**, Belo Horizonte, 2002.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo, Hucitec, 1993.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo, Editora Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. A guerra dos lugares. **Folha de São Paulo**, Caderno Mais, São Paulo, 08/08/1999.
- SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- SERRANO, F.; MEDEIROS, C. A.; Inserção Externa, Exportações e Crescimento no Brasil. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. A. (org.). **Polarização Mundial e Crescimento**, Petrópolis, Vozes, 2001, p. 105-134.
- SPOSITO, Eliseu; SOBARZO, Oscar; Mª E. B., SPOSITO (org.). **Cidades médias** – produção do espaço urbano e regional. São Paulo, Expressão Popular, 2006.
- SPOSITO, Eliseu; SOBARZO, Oscar; Mª E. B., SPOSITO (org.). **Cidades médias** – espaços em transição. São Paulo, Expressão Popular, 2006.
- TAVARES, Maria da Conceição (2000). Subdesenvolvimento, Dominação e Luta de Classes In: TAVARES, Maria da Conceição (org.). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo, Perseu Abramo, 2000.
- VAINER, Carlos. Fragmentação e projeto nacional: desafios para o planejamento territorial. In: XII Encontro Nacional da ANPUR, Belém. **Anais...**, Belém, 2007, 1 cd-room.